



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS – SETOR DE CONCURSOS

26º CONCURSO PÚBLICO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROVA OBJETIVA
Brasília, 07 de dezembro de 2003

QUESTÃO 1

Configura-se a desistência voluntária quando o agente

- A** impede que o resultado se produza.
- B** se utiliza, para a prática do crime, de objeto absolutamente impróprio para alcançar o fim almejado.
- C** é impedido de consumir o crime.
- D** voluntariamente desiste de prosseguir na execução.
- E** repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.

QUESTÃO 2

Excluem a ilicitude do fato

- A** o estado de necessidade, a legítima defesa e o arrependimento posterior.
- B** o estado de necessidade, a legítima defesa e a embriaguez voluntária.
- C** o estado de necessidade, a legítima defesa e a embriaguez completa, proveniente de caso fortuito.
- D** o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento de dever legal.
- E** o estado de necessidade, a legítima defesa e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado que torna o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

QUESTÃO 3

Considera-se em estado de necessidade

- A** quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- B** quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio mais importante que o direito sacrificado.
- C** quem, por dever legal de enfrentar o perigo, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- D** quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- E** quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que se existisse tornaria a ação legítima.

QUESTÃO 4

Exclui a imputabilidade

- A** a legítima defesa.
- B** o estado de necessidade.
- C** a embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substâncias de efeitos análogos.
- D** a emoção ou a paixão.
- E** a embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.

QUESTÃO 5

As penas privativas de liberdade têm seus limites estabelecidos

- A** na parte geral do Código Penal.
- B** no capítulo referente à cominação das penas.
- C** na sanção correspondente a cada tipo legal de crime.
- D** no capítulo da aplicação da pena.
- E** no capítulo dos efeitos da condenação.

QUESTÃO 6

Constitui medida de segurança

- A** a internação em centro de observação.
- B** a internação em colônia agrícola.
- C** a internação em hospital psiquiátrico.
- D** a internação em casa de albergado.
- E** a internação em colônia industrial.

QUESTÃO 7

É norma expressa do Código Repressivo a respeito da ação penal que

- A** a representação será retratável, mesmo depois de oferecida a denúncia.
- B** a ação de iniciativa privada é promovida mediante denúncia do ofendido ou de quem tenha a qualidade para representá-lo.
- C** a ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- D** a ação penal é sempre pública.
- E** a ação de iniciativa privada depende de ratificação do Ministério Público.

QUESTÃO 8

São circunstâncias que sempre atenuam a pena

- A** o desconhecimento da lei e ter o agente cometido o crime em legítima defesa.
- B** o desconhecimento da lei e ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato.
- C** o desconhecimento da lei e ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data da denúncia.
- D** o desconhecimento da lei e ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data da sentença.

- E ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data da sentença e maior de 70 (setenta) anos na data do fato.

QUESTÃO 9

A prescrição, depois de transitado em julgado a sentença condenatória, começa a correr

- A do dia em que o crime se consumou.
- B no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.
- C do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação.
- D do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a defesa.
- E do dia em que cessou a atividade criminosa, nos crimes permanentes.

QUESTÃO 10

Configura crime contra a vida

- A ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.
- B expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea de que sabe ou deve saber que está contaminado.
- C praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio.
- D expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente.
- E induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça.

QUESTÃO 11

Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, pratica o crime de

- A homicídio culposo.
- B homicídio privilegiado.
- C homicídio simples.
- D homicídio qualificado.
- E homicídio acidental.

QUESTÃO 12

É prevista como agravante especial do furto a circunstância de

- A ter sido o crime cometido com abuso de confiança.
- B ter sido cometido mediante fraude.
- C ter sido cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- D ter sido cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- E ter sido o crime praticado durante o repouso noturno.

QUESTÃO 13

São circunstâncias especiais do crime de roubo

- A a violência contra a coisa e ser o crime praticado mediante escalada.
- B a violência contra a coisa e ser o crime praticado com emprego de chave falsa.
- C a violência contra a pessoa e ser o crime praticado

mediante escalada.

- D ter sido a violência exercida com armas e o concurso de duas ou mais pessoas.
- E ter sido a violência exercida com armas e mediante escalada.

QUESTÃO 14

Com relação à aplicação da lei penal, é **correto** afirmar-se que

- A a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se a fatos anteriores ainda não decididos por sentença.
- B ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, preservando-se, no entanto, os efeitos penais da sentença condenatória.
- C a lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, perde a sua eficácia, mesmo com relação aos fatos praticados durante a sua vigência.
- D considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- E ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade de governador de Estado brasileiro.

QUESTÃO 15

Configura-se o crime de estupro com a ação de

- A constranger mulher honesta à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.
- B constranger mulher, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.
- C constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.
- D constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou com emprego de meio fraudulento.
- E constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.

QUESTÃO 16

Configura-se crime contra a família

- A induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone.
- B raptar mulher honesta, mediante violência ou grave ameaça ou fraude para fim libidinoso.
- C simular casamento, mediante engano de outra pessoa.
- D manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso.
- E atribuir-se falsamente autoridade para celebração de casamento religioso.

QUESTÃO 17

A respeito de crime, é norma expressa da Constituição Federal.

- A O resultado de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe der causa.
- B Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- C Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- D Será concedida extradição de estrangeiro, por crime político ou de opinião.

- E** A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas conseqüências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e outros efeitos civis.

QUESTÃO 18

Comete crime contra a criança e o adolescente, previsto na Lei nº 8.069, de 13/09/1990, quem

- A** promove no registro civil a inscrição de nascimento inexistente.
B registra como seu filho de outrem.
C der parto alheio como próprio.
D deixa em asilo de expostos ou outra instituição de assistência filho próprio ou alheio, ocultando-lhe a filiação ou atribuindo-lhe outra, com o fim de prejudicar direito inerente a estado civil.
E fotografa ou publica cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

QUESTÃO 19

Sobre o inquérito policial, julgue os itens abaixo.

- I. Admite-se a instauração de inquérito policial, de ofício, nos crimes de ação pública condicionada à representação, desde que o ofendido seja pobre.
II. É obrigatória a identificação criminal nos crimes praticados por organizações criminosas, independentemente da existência de identificação civil.
III. Em casos urgentes, tem a autoridade policial poder para, no curso do inquérito, determinar busca domiciliar, durante o dia, mesmo sem o consentimento do morador.
IV. Estando a denúncia redigida, é possível retratar-se da representação.

- A** Todos os itens estão corretos.
B Somente o item I está correto.
C Os itens II e IV estão corretos.
D Somente o item IV está correto.
E Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 20

Pertinentemente à ação penal, assinale a alternativa **correta**.

- B** Arquivado o inquérito policial, mediante despacho do juiz, é defeso reabrir as investigações, ainda que surjam provas substancialmente novas.
C É exclusivamente pública a ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público, quando a ofensa estiver relacionada ao exercício de suas funções.
D Está sujeito a prazo o exercício do direito de oferecer queixa subsidiária.
E Ocorre perempção e conseqüente extinção da punibilidade, quando oferecida queixa em ação privada subsidiária, se o querelante deixar de comparecer ao interrogatório do querelado.
F A denúncia é rejeitada se não contiver o rol de testemunhas.

QUESTÃO 21

Acerca da competência de foro por prerrogativa de função, julgue os itens abaixo.

- I. Os governadores dos Estados e o do Distrito Federal são julgados, nos crimes eleitorais, pelo Superior Tribunal de Justiça.
II. Os prefeitos municipais são julgados, nos crimes praticados em detrimento de bens e interesse da União, pelos Tribunais de Justiça.
III. Os Promotores de Justiça do Distrito Federal e Territórios são julgados, nos crimes comuns, por Tribunal Regional Federal.
IV. Os Secretários de Estado do Distrito Federal são julgados, nos crimes de responsabilidade, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
V. Os Deputados Distritais são julgados, nos crimes praticados em detrimento de bens e interesse da União, por Tribunal Regional Federal.

- A** Todos os itens estão corretos.
B Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
C Apenas os itens II e III estão corretos.
D O item II está incorreto.
E Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 22

Ainda sobre competência, julgue os itens abaixo.

- II Compete à Justiça Comum processar policial militar por crime de abuso de autoridade.
III Compete aos Juizados Especiais Criminais Federais, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
IV Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *Habeas Corpus* contra decisão de turma recursal de Juizados Especiais Criminais.
V Não viola a garantia do princípio do juiz natural a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
VI No concurso de crimes da competência da Justiça Estadual e da Justiça Federal, para efeito de julgamento unificado, em razão de conexão ou continência, prevalece a desta última.

O número de itens **corretos** é

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa **incorreta**, relativamente à prova.

- A** No processo penal, a prova documental pode ser juntada a qualquer tempo, antes da sentença final.
B Não se permite interceptação de comunicações telefônicas nas infrações penais punidas com detenção.
C O exame de corpo de delito pode ser suprido pela prova testemunhal, não bastando para comprovação da materialidade do fato a simples confissão do acusado.
D O juiz, a qualquer momento, no curso da instrução, pode ordenar diligência para sanar qualquer nulidade, e suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade.
E Não se reconhece poder à autoridade policial para, de ofício,

determinar a realização de exame de insanidade mental do indiciado.

QUESTÃO 24

A propósito da liberdade provisória, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** Não tem direito a apelar em liberdade, segundo a lei federal, o acusado condenado por crime hediondo ou por tráfico de entorpecentes, se preso em razão de flagrante delito.
- B** A proibição de liberdade provisória nos processos por crime hediondos não veda o relaxamento de prisão processual por excesso de prazo.
- C** É defeso à autoridade policial conceder fiança em delitos apenados com reclusão.
- D** Se ilegal a prisão, concede-se ao preso liberdade provisória, por imperativo constitucional.
- E** Exige-se reforço da fiança quando inovada a classificação do delito.

QUESTÃO 25

Ainda acerca de prisão cautelar, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** A prisão temporária pode ser decretada de ofício.
- B** A prisão preventiva pode ser decretada na pendência de recurso de apelação, visando a assegurar a aplicação da lei penal.
- C** A falta de testemunhas da infração penal não é motivo para impedir a lavratura do auto de prisão.
- D** A prisão cautelar pode ser determinada como exigência para interposição de recurso.
- E** Considera-se ainda em estado de flagrância aquele que é encontrado, logo depois da prática do delito, com objetos que façam presumir ter sido ele o autor da infração.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa **incorreta**, no que se refere a nulidades.

- A** A omissão da denúncia, relativamente à classificação do crime narrado, pode ser sanada no curso na instrução.
- B** A deficiência de defesa é causa de nulidade absoluta do processo.
- C** O reconhecimento de nulidade absoluta prescinde da demonstração de prejuízo.
- D** A nulidade por ilegitimidade do representante da parte pode ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- E** As nulidades ocorridas após a decisão de primeira instância podem ser argüidas nas razões de recurso, ou logo após de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes.

QUESTÃO 27

Julgue os itens abaixo, relativos ao procedimento.

- I. Cita-se o acusado com hora certa, quando ele se ocultar para não ser encontrado.
- II. Estando o acusado no exterior, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

III. A data marcada para oitiva de testemunha no juízo deprecado deve ser informada ao defensor, sob pena de nulidade absoluta.

IV. O defensor nomeado pode ser intimado por órgão de publicação oficial, se não encontrado no endereço profissional indicado.

- A** Todos os itens estão corretos.
- B** Apenas o item II está correto.
- C** Os itens I, III e IV estão corretos.
- D** Apenas os itens III e IV estão corretos.
- E** Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 28

Ainda sobre prova e procedimento, julgue os itens abaixo.

- I. O interrogatório do acusado presente é de rigor, ainda que prolatada sentença recorrível.
- II. A exceção de incompetência do juízo deve ser oposta no prazo de defesa.
- III. O processo penal não adotou o princípio da identidade física do juiz.
- IV. A desistência do depoimento de testemunha, no procedimento comum, é faculdade das partes, podendo o juiz tomá-lo, de ofício, se reputar relevante a prova.
- V. Nos processos por crimes praticados antes da vigência da Lei 9.271/96, que modificou a redação do art. 366 do CPP, não cabe suspensão do processo, nem do curso do prazo prescricional, se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado.

O número de itens **corretos** é:

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 29

Em matéria de recursos, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** O assistente tem legitimidade para recorrer da decisão que extingue a punibilidade.
- B** O recurso em sentido estrito interposto contra decisão que denegar apelação é recebido no efeito suspensivo.
- C** A fuga do acusado, depois de haver recorrido em sentido estrito, importa em deserção.
- D** O efeito devolutivo de apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- E** A renúncia do acusado ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.

QUESTÃO 30

As decisões abaixo desafiam interposição de recurso em sentido estrito, **exceto**

- A** a que rejeita queixa em ação penal privada subsidiária da pública.
- B** a que extingue a punibilidade do agente, fundada na prescrição.
- C** a que recebe a denúncia em delito de imprensa (Lei 5.250/67).
- D** a que acolhe, em primeiro grau, a argüição de suspeição.
- E** a que absolve sumariamente o acusado, nos delitos da competência do Júri.

QUESTÃO 31

Julgue os itens abaixo, pertinentemente aos crimes de menor e médio potencial ofensivo (Leis 9.099/95 e 10.259/01).

- I Correrá a prescrição durante o prazo da suspensão condicional do processo.
- II Nos crimes de ação penal de iniciativa privada, o acordo homologado acarreta renúncia ao direito de queixa.
- III Impõe-se a lavratura de auto de prisão se o autor do fato, detido em flagrante delito, se recusar a comparecer ao Juizado ou a ele ser encaminhado
- IV A pena mínima, decorrente de soma, se ultrapassado o limite de um ano, em razão de concurso material, impede a concessão de *sursis* processual.
- V O crime de porte ilegal de arma, cuja pena máxima prevista é de dois anos (Lei 9.437/97, art.10 caput), é considerado de menor potencial ofensivo, de competência do Juizado Especial Criminal, sendo-lhe aplicável o benefício da transação penal.

O número de itens **corretos** é

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 32

Sobre a quesitação do Júri, julgue os itens abaixo.

- I. Reconhecido pelo Conselho de Sentença que o acusado tenha praticado o crime por motivo fútil, fica prejudicada a votação do quesito relativo à qualificadora do motivo torpe.
- II. Negados os quesitos relativos ao excesso doloso e culposo, na legítima defesa, em imputação de homicídio qualificado, o acusado está absolvido.
- III. A alegação de que os crimes articulados no libelo tenham sido praticados em concurso formal não rende ensejo à formulação de quesito específico.
- IV. Reconhecido o excesso culposo na legítima defesa, em acusação de tentativa de homicídio, a pena, em abstrato, será a mesma do delito de lesão corporal culposa.

- A** Todos os itens estão corretos.
- B** Os itens II, III e IV estão incorretos.
- C** Apenas os itens II e IV estão corretos.
- D** Apenas os itens I e II estão corretos.
- E** Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 33

A respeito dos incidentes em plenário do Júri, é **incorreto** afirmar que

- A** as nulidades relativas, ocorridas depois do oferecimento do libelo, devem ser argüidas após anunciado o julgamento e apregoadas as partes.
- B** a apresentação de qualquer documento novo, que se refira ao fato em julgamento, dele deve ter tido ciência a parte contrária, com antecedência mínima de três dias, sob pena de nulidade.
- C** os quesitos são formulados, tendo em vista o teor da acusação, exposta no libelo, e as teses apresentadas pelo acusado, no interrogatório, e pela defesa técnica, nos debates.

- D** o momento oportuno e fatal para arguição de defeito quanto à redação dos quesitos, se ausente o questionamento relativo à agressão, na legítima defesa, é o da leitura do questionário, em plenário de julgamento, pena de preclusão.
- E** sem embargo do princípio da incomunicabilidade, o jurado pode solicitar ao juiz, mesmo no curso dos debates, esclarecimento sobre matéria de fato constante do processo.

QUESTÃO 34

Ainda sobre o Júri. **A** foi levado a Júri pelo cometimento de homicídio qualificado. Condenado a 08 anos de reclusão por homicídio simples, do veredicto recorreu. Alegou ter sido a decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Provido o recurso, é **correto** afirmar, quanto ao novo julgamento, **exceto** que

- A** para que se instale a nova sessão, é necessária a presença de 15 jurados.
- B** o Ministério Público pode articular circunstância agravante em plenário, embora não o tenha feito por ocasião do julgamento anulado, ou mesmo no libelo.
- C** o acusado pode vir a ser condenado a pena superior à aplicada no julgamento anulado, a depender do novo veredicto.
- D** o Ministério Público pode agora, em caso de absolvição, recorrer para discutir o reconhecimento de causa de excludente de ilicitude.
- E** o jurado que participou da sessão anulada está impedido de integrar o novo Conselho de Sentença.

QUESTÃO 35

Correlação entre a acusação e a sentença. Em processo por roubo, cuja denúncia descreve ter o réu, mediante violência, subtraído para si coisa alheia móvel, surge, no curso da instrução, prova de não ter ocorrido a alegada violência. O juiz deve então

- A** conceder vista ao Ministério Público para aditar a denúncia porque o fato narrado sofreu alteração substancial.
- B** determinar vista à defesa para que se manifeste, se quiser, posto que o acusado, denunciado por um fato, não pode vir a ser condenado por outro.
- C** alterar, mediante despacho, a classificação do crime, em face do princípio da congruência, e determinar vista às partes para requerimento de diligências e, em seguida, produção das alegações finais.
- D** abster-se de determinar vista ao Ministério Público ou à defesa por esse motivo, porque desnecessária a vista, podendo, afinal, se convencido, condenar o acusado pelo crime de furto.
- E** remeter os autos ao Procurador-Geral para eventual aditamento, em resguardo do princípio da devolução e o da obrigatoriedade da ação penal pública.

QUESTÃO 36

Julgue os itens abaixo acerca do *Habeas Corpus*.

- I A sentença que o concede, em primeiro grau, está sujeita a recurso necessário.
- II Se o ato reputado ilegal for praticado por Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, competente para conhecer da impetração é o Superior Tribunal de Justiça.
- III O Ministério Público pode manuseá-lo, excepcionalmente, para satisfazer o interesse da acusação, desde que não se ponha em risco a liberdade do paciente.

- IV É cabível, somente, enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.
V Pode ser concedido, de ofício, na pendência de recurso da acusação em que se pede diminuição de pena.

O número de itens **corretos** é

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 37

Julgue os itens abaixo, conforme disciplina do Código Civil (Lei 10.406/02).

- I O Código Civil reconhece a possibilidade de as pessoas jurídicas serem titulares de direitos da personalidade.
II O incapaz não responde pelos prejuízos que causar decorrentes de ato ilícito, ainda que seus responsáveis não disponham de meios suficientes para reparar os danos.
III Em regra, a obrigação de reparar o dano decorrente de ato ilícito independe da existência de culpa.
IV O Código Civil faz distinção expressa entre prescrição e decadência, estabelecendo que o juiz deve conhecer, de ofício, a decadência estabelecida por lei.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C II e III.
D III e IV. E I e IV.

QUESTÃO 38

Julgue os itens abaixo, conforme disciplina constante no Código Civil (Lei 10.406/02).

- I O estado de perigo configura-se independentemente do conhecimento do grave dano pela outra parte.
II A resolução por onerosidade excessiva não se aplica aos contratos de execução instantânea.
III É acidental o dolo que, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
IV A lesão, embora não seja classificada como defeito do negócio jurídico, enseja a invalidação do contrato, bem como a restituição das partes ao estado anterior.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C II e III.
D III e IV. E I e IV.

QUESTÃO 39

Julgue os itens abaixo, conforme disciplina da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

- I Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor que seja pessoa jurídica, é possível, por disposição contratual, limitar a indenização, em situações justificáveis.
II A responsabilidade civil do fornecedor é sempre objetiva.
III Bancos de dados de consumo e cadastros de consumo são expressões com o mesmo significado.
IV O consumidor possui direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, desde que tenha sido proposta ação de cobrança pelo fornecedor.

- V A inversão do ônus da prova é cabível ainda que o consumidor seja pessoa jurídica.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B III e IV. C II e III.
D I e V. E IV e V.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa **incorreta**, considerando as disposições do Código Civil (Lei 10.406/02).

- A** A lei disciplina tanto a assunção de dívida como a cessão de crédito.
B A cessão de crédito, como regra, depende da anuência do devedor.
C A assunção de dívida pressupõe o consentimento expresso do credor.
D Na assunção de dívida, o novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
E Nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta de bens, prestar fiança ou aval.

QUESTÃO 41

Julgue os itens abaixo.

- I A posse direta sobre bens imóveis exclui temporariamente a posse indireta.
II A distinção entre inadimplemento absoluto e relativo baseia-se no critério da utilidade do cumprimento da obrigação.
III A usucapião de bens móveis pressupõe posse de, no mínimo, cinco anos, exista ou não boa-fé.
IV De acordo com o Código Civil, o direito de superfície abrange o direito de construir ou de plantar no terreno e, excepcionalmente, a realização de obra no subsolo.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C II e IV.
D II e III. E III e IV.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa **correta**.

- A** Os direitos da personalidade dizem respeito à aptidão genérica das pessoas de serem titular de direitos e deveres na ordem civil.
B Código Civil, ao tratar dos direitos da personalidade, estabelece um rol completo de suas espécies.
C É possível a tutela judicial dos direitos da personalidade de pessoa morta.
D consentimento do titular de direito da personalidade, em nenhuma hipótese, é válido para permitir limitação ao direito.
E É imprescritível a pretensão de indenização decorrente de violação aos direitos da personalidade.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com a disciplina do Código Civil.

- A** O testamento é ato personalíssimo e que não pode ser modificado após a declaração de vontade do testador.
- B** Entre os contratos típicos ou nominados disciplinados pelo Código Civil encontram-se a doação, compra e venda, mandato, comissão e corretagem.
- C** É possível o nascituro figurar como donatário em contrato de doação.
- D** No mútuo, espécie de empréstimo, há transferência de domínio da coisa emprestada.
- E** O contrato de compra e venda pode ser aleatório.

QUESTÃO 44

Em relação aos bancos de dados de proteção ao crédito, julgue os itens abaixo.

- I O registro indevido enseja ação de indenização por danos materiais e morais; para obter êxito na demanda, quanto aos danos morais, o consumidor deve, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça, provar constrangimento ou outros sentimentos negativos decorrentes do ato.
- II Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas pelos bancos de dados informações que possam impedir ou dificultar a concessão de crédito.
- III O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) estabelece que o consumidor deve ser previamente comunicado, por escrito e com aviso de recebimento (AR), do registro.
- IV Havendo discordância do consumidor com o registro, este não pode ser realizado em homenagem ao direito à privacidade, que tem sede constitucional.
- V O consumidor tem direito a conhecer as informações próprias registradas em bancos de dados de proteção ao crédito, as quais devem ser objetivas, claras, verdadeiras e, se negativas, limitarem-se ao período máximo de cinco anos.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e IV. C II e IV.
D III e V. E II e V.

QUESTÃO 45

A Constituição Federal de 1988 conferiu à união estável o caráter de entidade familiar. Sua atual disciplina encontra-se no Código Civil (Lei 10.406/02). Acerca desse instituto, julgue os itens abaixo.

- I É reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
- II Não é possível o reconhecimento de união estável quando um dos companheiros for casado com terceiro, mesmo que separado de fato.
- III As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, de guarda, sustento e educação dos filhos.
- IV As relações patrimoniais decorrentes da união estável aplica-se, no que couber, o regime da participação final

nos aqüestos, salvo se existir contrato escrito entre os companheiros.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C III e IV.
D II e IV. E I e IV.

QUESTÃO 46

Em relação às causas suspensivas da celebração do casamento, julgue os itens abaixo, baseando-se na disciplina do Código Civil.

- I Não deve casar a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfz por ser nulo ou ter sido anulado, até 3 (três) meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
- II Não deve casar o divorciado enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- III As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser argüidas pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consangüíneos ou afins, e pelos colaterais até 3º grau, sejam também consangüíneos ou afins.
- IV É obrigatório o regime da separação de bens no casamento das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C III e IV.
D II e IV. E I e IV.

QUESTÃO 47

O atual ordenamento jurídico brasileiro confere nova roupagem ao instituto da adoção. Assinale a alternativa **correta**.

- A** De acordo com a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), existem três espécies de adoção: adoção simples, adoção plena e adoção internacional.
- B** A legislação especial autoriza a formulação de pedido de adoção somente na hipótese de adoção postulada por estrangeiro, residente ou domiciliado fora do país.
- C** Na hipótese de morte de ambos os genitores, os avós podem adotar o neto.
- D** Cuidando-se de adoção por estrangeiro, residente ou domiciliado fora do país, o estágio de convivência será cumprido no território nacional, observado o prazo mínimo de quinze dias.
- E** A morte dos adotantes restabelece, automaticamente, o poder familiar dos pais biológicos, em homenagem ao princípio do melhor interesse da criança, um dos pilares da doutrina da proteção integral.

QUESTÃO 48

Um dos deveres do casamento é o de mútua assistência e dele se origina a obrigação recíproca de alimentos entre os cônjuges. Sobre essa questão, julgue os itens abaixo.

- I Podem os cônjuges pedir uns dos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com sua condição social, inclusive para atender às necessidades de educação.
- II Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, será o outro obrigado a prestá-los, mediante pensão a ser fixada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial.
- III Com o casamento, a união estável ou o concubinato do

cônjuge devedor, cessa a obrigação de prestar alimentos.

- IV Não pode o cônjuge renunciar o direito a alimentos, sendo permitido, entretanto, a cessão, compensação ou penhora do respectivo crédito.

Estão **corretos** apenas itens

- A I e II. B I e III. C III e IV.
D II e IV. E I e IV.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A** As dívidas decorrentes de prática de jogo não proibido não obrigam o pagamento.
B Na obrigação de dar, se houver perda da coisa, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes: tem aplicação o princípio *res perit domino*.
C Na obrigação de dar, se houver deterioração da coisa, antes da entrega, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação ou, alternativamente, aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
D A dação em pagamento constitui-se em recebimento de prestação diversa da que é devida; pressupõe o consentimento do credor, salvo quando o pagamento for em pecúnia e em substituição à entrega de coisa.
E fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança, durante 60 (sessenta) dias após a notificação do credor.

QUESTÃO 50

Julgue os itens abaixo, de acordo com as disposições do Código Civil.

- I Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção de bens e comerciante aquele que promove a circulação de bens ou de serviços.
II Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
III O empresário casado sob o regime da comunhão universal de bens depende de outorga uxória para alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
IV Na sociedade em conta de participação, a atividade referida pelo objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C II e IV.
D II e III. E III e IV.

QUESTÃO 51

Julgue os itens abaixo.

- I As entidades não-governamentais de atendimento à criança e ao adolescente estão sujeitas a sanções, tais como advertência, suspensão do repasse de verbas públicas, cassação do registro.
II O Conselho Tutelar, embora não tenha autonomia nem independência, é órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
III É proibida a venda de bebidas alcoólicas à criança ou ao adolescente.
IV As medidas de proteção à criança e ao adolescente poderão ser determinadas pelo Juiz, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C II e IV.
D II e III. E III e IV.

QUESTÃO 52

Julgue os itens abaixo.

- I O Código Civil permite a capitalização anual dos juros compensatórios.
II São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
III De acordo com o Código Civil, o abuso de direito está inserido na categoria de atos ilícitos e sua configuração pressupõe a existência de culpa.
IV A disciplina relativa à responsabilidade pelos vícios dos produtos no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) contempla proteção apenas em relação aos defeitos ocultos.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C II e IV.
D II e III. E III e IV.

QUESTÃO 53

Julgue os itens abaixo.

- I Até a realização da partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, regulando-se pelas normas concernentes ao condomínio.
II É prática abusiva enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto ou fornecer serviços; equiparam-se às amostras grátis os serviços prestados e os produtos entregues nessas circunstâncias.
III Todo negócio jurídico é contrato.
IV É pressuposto indispensável ao requerimento de falência a indicação de título que legitime ação executiva.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e III. C II e IV.
D II e III. E III e IV.

QUESTÃO 54

Julgue os itens abaixo, conforme disposições do Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

- I A cobrança de juros moratórios nos contratos bilaterais

- pressupõe a existência de cláusula específica.
- II Os contratos de adesão nas relações de consumo só possuem validade se houver a assinatura do consumidor ao lado das cláusulas que implicarem limitação de direitos.
 - III Nem todo fornecedor é empresário.
 - IV Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular e integra o contrato que vier a ser celebrado com o consumidor.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e II. B I e IV. C II e III.
- D II e IV. E III e IV.

QUESTÃO 55

Julgue os itens abaixo.

- I Com a reforma do CPC, determinados atos ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, passaram a ser praticados em Cartório, independentemente de despacho do juiz, mas sob a supervisão deste.
- II Dentre as tendências atuais do direito processual civil brasileiro, observamos a participação cada vez menor do juiz do processo, que fica, por isso, cada vez mais adstrito à iniciativa das partes, aumento da garantia do duplo grau de jurisdição que, apesar de não ser princípio expresso na Constituição Federal, dela decorre, e adoção de formas procedimentais específicas e adequadas ao direito material objeto da lide, com a conseqüente superação do procedimento ordinário.
- III Atualmente considera-se a verdade real um valor fundamental também no processo civil, e não mais somente no penal, como antigamente. Assim, a prova mal avaliada pelo juiz pode ser corrigida em ação rescisória e também no recurso especial, desde que, na última hipótese, a parte tenha prequestionado a matéria.
- IV Somente a parte, a quem cabe o ônus da produção da prova no caso concreto, tem legitimidade para requerer ao juiz a sua produção.
- V Nas causas relativas a direito do consumidor é obrigatória a inversão do ônus da prova em benefício do consumidor se este for hipossuficiente.

O número de itens **corretos** é

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa **correta**.

- A** De regra, ocorre a preclusão *pro iudicato* quando a decisão interlocutória resta irrecorrida, não podendo o juiz reconsiderá-la, exceto na hipótese de matéria conhecível *ex officio*, quando o juiz poderá revê-la a qualquer momento, enquanto não proferida sentença.
- B** Se a parte não oferece reconvenção no prazo legal, perderá o direito de propor ação acerca da matéria que seria discutível na via reconvençional, tendo em vista a ocorrência de preclusão.
- C** O privilégio da Fazenda Pública de contar em dobro e em quádruplo, respectivamente, os prazos para recorrer

e contestar, estende-se também às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público.

- D** Denegada a segurança, por falta de prova preconstituída do alegado pelo impetrante, fica vedado a este renovar o pedido em vias ordinárias, em face da coisa julgada.
- E** Se o juiz absolutamente incompetente determinar a citação do réu, eventual ação idêntica, ajuizada posteriormente pelo autor, estará fatalmente maculada pelo vício da litispendência, devendo ter seu prosseguimento obstado pelo juiz a quem for distribuída, ainda que competente para a causa.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa **correta**.

- F** As ações acidentárias movidas contra o INSS, se propostas em comarca que não seja sede da Justiça Federal, serão julgadas por juiz de direito, com recurso para o TRF.
- G** Encontra-se pacificado, quer pela doutrina, quer pela jurisprudência, o entendimento de que no caso do litígio envolver interesses patrimoniais de pessoa jurídica de direito público, é necessária a intervenção do Ministério Público, já que sendo a fazenda pública parte, evidencia-se o interesse público a que se refere o inciso III do art. 82 do CPC.
- H** Os pais são substitutos processuais de seus filhos, enquanto estes não atingem a maioria civil, podendo, em nome próprio, e na defesa de seus direitos, exercer o direito de ação e de defesa;
- I** Mesmo nas hipóteses em que a própria lei determina que a citação seja feita na pessoa do advogado, a este é exigível poderes especiais para recebê-la, sendo insuficientes os poderes da cláusula geral para o foro.
- J** A propositura de ação civil pública pelo Ministério Público, visando à reparação a danos causados ao meio ambiente, não impede a propositura de ação individual para reparação de danos oriundos do mesmo fato, não se verificando litispendência entre os processos.

QUESTÃO 58

Martha, desempregada, propôs, em abril de 2003, contra Pedro, ex-funcionário público federal, já falecido, ação para reconhecimento e dissolução de união estável, iniciada em 1980 e finda com sua morte em 1998, pleiteando a partilha de todos os bens adquiridos no período em partes iguais, conforme estipulação da Lei 9.278/96 e do novo Código Civil. O espólio de Pedro contestou a ação alegando que nos primeiros dez anos de convivência aquele era casado com Adélia, que deveria ser citada para integrar a lide, e que os bens foram adquiridos por seu esforço exclusivo, não havendo Martha em nada contribuído para a aquisição deles, já que não exerceu qualquer atividade remunerada no tempo em que conviveram. Considerando a hipótese, julgue os itens abaixo.

- I Apesar da convivência entre as partes haver iniciado-se em 1980, será aplicada à espécie a Lei n.º 9.278/96 durante todo o período referido na inicial pois, havendo a união terminado quando já em vigor a referida lei, esta retroagirá para alcançar todo o período de convivência das partes.
- II Sendo Pedro funcionário público federal, competente para processar o feito será a Justiça Federal, evidenciado o interesse da União na lide já que, reconhecida a condição de companheira a Martha, esta passará a perceber pensão dos cofres federais.
- III O juiz deverá determinar à autora que promova a citação de Adélia para integrar o pólo passivo da demanda já que, no

período de 1980 a 1990, em que esteve casada com o falecido companheiro da autora, fará jus à partilha dos bens por Pedro adquiridos. Assim, torna-se necessário o litisconsórcio, evitando o vilipêndio à meação da ex-mulher do falecido.

- IV A autora não tem direito à parcela dos bens adquiridos no período de convivência anterior à CF 88, pois é somente a partir dela que foi reconhecida a união estável como fato jurídico capaz de produzir efeitos patrimoniais em favor dos conviventes.
- V A Lei 9.278/96 somente incidirá, concedendo à autora 50% dos bens adquiridos na constância da união estável, sem que esta necessite comprovar a contribuição para a aquisição de tais bens, a partir da data de sua entrada em vigor.
- VI Segundo a jurisprudência do STJ, é admissível a pretensão de dissolver a sociedade de fato, ainda que um dos concubinos seja casado.

Estão **corretos** os itens

- A I, II e IV B III, IV e VI. C I e IV.
D V e VI. E I, III e V.

QUESTÃO 59

Acerca do controle da constitucionalidade das leis, julgue os itens abaixo.

- I. O STF entende cabível a propositura de ação civil pública pelo Ministério Público em defesa do patrimônio público, na qual se pleiteia a declaração de nulidade de ato normativo municipal que majorou os subsídios de vereador, com a consequente restituição aos cofres públicos das quantias indevidamente recebidas, sendo viável o controle difuso de constitucionalidade de leis em ação civil pública, quando for necessário para a decisão da hipótese concreta.
- II. Editada lei que, reformulando a carreira de auditor de diversas autarquias, venha a instituir gratificação para os auditores de algumas autarquias, excluindo os de outras, é admissível que o juiz, em ação promovida pelos auditores não contemplados pela gratificação, e que pretendem recebê-la, verificando que as funções desempenhadas pelos auditores têm a mesma natureza, com idênticas atribuições em todas as autarquias, venha a declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da lei por violação ao princípio da isonomia, estendendo a gratificação aos auditores que promoveram a ação.
- III. O reconhecimento da inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público pode ser pleiteado pela parte em qualquer processo, nunca, porém, como pedido principal, mas apenas como fundamento deste.
- IV. Vigorando no processo civil o princípio da demanda, ou da adstrição ao pedido, é vedado ao juiz declarar incidentalmente a inconstitucionalidade se não houver pedido da parte para tanto.
- V. A declaração de inconstitucionalidade *incidenter tantum* em nenhuma hipótese ficará acobertada pela coisa julgada, ainda que seja feita por órgão colegiado, obedecida a regra da reserva de plenário.

- A** Os itens I, II e III estão corretos.
B Os itens II, III e V estão corretos.
C Os itens I, III e V estão corretos.

- D** Os itens I, III e IV estão corretos.
E Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 60

Em relação à competência, julgue os itens abaixo.

- I No curso de execução trabalhista promovida contra determinada empresa que teve, posteriormente, sua falência decretada, deve o exequente habilitar seu crédito no juízo da falência, competente para verificar o privilégio decorrente do crédito trabalhista, no próprio âmbito do concurso de credores habilitados na falência.
- II O STJ não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra atos de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.
- III O STJ é competente para dirimir conflito entre Tribunal de Justiça Estadual e Tribunal Regional Federal.
- IV Não se caracteriza o conflito de competência entre o TST e o TRT.
- V Compete ao STJ julgar conflito de competência entre Tribunal de Justiça e juiz federal.

O número de itens **corretos** é

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 61

Ainda em relação à competência, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** No julgamento de recurso especial, pode o STJ, ainda que adstrito ao exame da questão federal infraconstitucional, declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da norma aplicada, observado o princípio da reserva de plenário.
- B** Os embargos do devedor não são meio hábil para que o executado alegue a nulidade do título por incompetência absoluta do juízo prolator da sentença.
- C** As fazendas públicas estaduais, sempre que demandadas e em qualquer unidade da federação, poderão arguir foro especial, requerendo a remessa dos autos a uma das varas privativas da fazenda pública da unidade da federação onde tramita o processo. Assim, se o estado do Rio de Janeiro for citado para contestar ação que lhe foi proposta perante vara cível do Distrito Federal, poderá pleitear a remessa dos autos a uma das varas da fazenda pública do DF, tendo em vista o foro privativo da fazenda.
- D** É competente o STJ ou o STF, respectivamente, para julgar a ação rescisória de acórdão contra o qual se tenha interposto Recurso Especial ou Extraordinário, conhecido mas não provido.
- E** Quando juiz federal defere liminar em mandado de segurança, competente para julgar o pedido de suspensão de segurança é o Presidente do Tribunal Regional Federal da Seção Judiciária a que pertence o juiz prolator da decisão cuja suspensão se requer.

QUESTÃO 62

Em relação às condições da ação, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação individual, em nome do consumidor lesado, para pleitear a prevenção ou reparação do direito individual não homogêneo.
- B** O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar as ações coletivas, para a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

- C** O Ministério Público, a pessoa jurídica interessada e os partidos políticos têm legitimidade para promover ação de improbidade.
- D** As ações de improbidade movidas pelo Ministério Público configuram hipótese de litisconsórcio necessário, sendo obrigatória a integração na lide da pessoa jurídica interessada.
- E** Nas ações de improbidade propostas por outro legitimado, que não o Ministério Público, é obrigatória a intervenção deste como *custos legis*, sob pena de nulidade do processo.

QUESTÃO 63

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A** Nas ações que tenham por objeto direito do consumidor, é reconhecida a capacidade de estar em juízo aos entes oficiais que têm por finalidade a defesa e proteção do consumidor, ainda que não constituam pessoa jurídica;
- B** Na defesa do consumidor, cada um dos co-legitimados pode, sozinho, promover a ação coletiva, sem que seja necessária anuência ou autorização dos demais co-legitimados. O eventual litisconsórcio que se formar entre eles será facultativo.
- C** As associações civis e os sindicatos que tenham como finalidade estatutária a defesa do consumidor poderão agir em juízo por meio das ações coletivas.
- D** Os sindicatos e as associações não possuem, entretanto, legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo.
- E** O juiz pode, na forma da lei, dispensar o requisito da pré-constituição da associação ou sindicato para a propositura de ações com base no Código de Defesa do Consumidor e da Lei da Ação Civil Pública.

QUESTÃO 64

Em relação às exceções, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** As exceções podem ser opostas em qualquer espécie de processo, seja de conhecimento, cautelar ou de execução.
- B** Dizer que o processo ficará suspenso até que a exceção seja definitivamente julgada significa afirmar que a suspensão se prolonga até a primeira decisão a respeito da exceção.
- C** Apesar de dever ser conhecida a arguição de incompetência absoluta feita através de petição simples ou de exceção, o processo, nesses casos, não será suspenso.
- D** Se o réu apresentar contestação e exceção ao mesmo tempo, ainda que em peças separadas, configura-se a renúncia tácita da exceção pelo réu, já que a interposição da exceção suspende o prazo para contestação.
- E** O impedimento, ao contrário da suspeição, constitui até mesmo fundamento para rescisória.

QUESTÃO 65

Numa ação civil pública ajuizada pelo MPDFT contra o DETRAN-DF, reconhecendo a inconstitucionalidade de determinado artigo do CTB, o juiz deferiu a antecipação da tutela requerida e determinou que o DETRAN se abstivesse de exigir o pagamento das multas como condição para a emissão dos certificados de licenciamento de veículos.

Posteriormente, o Conselho Federal da OAB ingressou com ADIN perante o STF, alegando a inconstitucionalidade do mesmo dispositivo e pedindo a concessão de cautelar, que foi indeferida pelo STF. Diante da hipótese acima, indique a alternativa **correta**.

- A** A OAB é parte ilegítima para promover a ADIN por falta de pertinência temática.
- B** A decisão do STF não tem eficácia vinculante.
- C** Tratando-se de antecipação de tutela, é incabível a suspensão da liminar pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
- D** Cabe reclamação para garantir a autoridade da decisão do STF.
- E** É vedado ao juiz afastar *in limine* a aplicação do artigo de lei questionado pela parte como fundamento da concessão da tutela antecipada pois o juízo de inconstitucionalidade incidental somente pode ser feito na ocasião em que for julgado o mérito da demanda.

QUESTÃO 66

Em relação ao processo em que se veicula direito do consumidor, julgue os itens abaixo.

- I Nas ações indenizatórias fundadas na responsabilidade objetiva, propostas pelo consumidor, pode o fornecedor denunciar a lide para discutir a culpa daquele que deve indenizar-lhe em regresso.
 - II Admite-se o chamamento ao processo somente na hipótese de haver seguro por parte do fornecedor, de sorte a propiciar a condenação da seguradora solidariamente com ele.
 - III Os dispositivos de outros Códigos e leis são aplicáveis às relações de consumo apenas subsidiariamente, na lacuna do CDC e no que não colidir com as normas do Código de Defesa do Consumidor.
 - IV A instauração do inquérito civil pelo Ministério Público obsta a decadência do direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, relativos tanto aos produtos quanto aos serviços.
 - V O entendimento do STF é no sentido de que o Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública objetivando a redução ou restituição de tributo, porque a relação jurídica tributária não retrata relação de consumo.
 - VI Ao IDEC e ao PROCON não é reconhecida legitimidade para propor ação em defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos dos consumidores se o período questionado na ação for anterior à edição do Código de Defesa do Consumidor, que reconheceu a tais entidades a capacidade de postular em nome próprio direito de terceiros.
- A** Os itens I, II e V estão corretos.
 - B** Os itens II, III, IV e V estão corretos.
 - C** Os itens I, III e V estão corretos.
 - D** Os itens II, III, V e VI estão corretos.
 - E** Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 67

Em relação aos recursos e ação rescisória, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** A subordinação do recurso adesivo em relação ao principal exige a vinculação de mérito entre ambos, isto é, a subordinação temática do adesivo em relação ao principal. Assim, se o recurso principal é interposto tão somente para

discutir a condenação em verba honorária, não pode o adesivo ampliar o tema recursal, rediscutindo o mérito da sentença.

- B** É admissível recurso extraordinário contra acórdãos proferidos em causa de competência originária de tribunal e também em casos de reexame obrigatório em segundo grau de jurisdição, ainda que ninguém haja apelado.
- C** A sentença contra a qual a parte não exauriu a instância recursal, deixando de interpor contra ela todos os recursos cabíveis, estará sujeita, pelo prazo de dois anos após seu trânsito em julgado, a ser impugnada por rescisória.
- D** É cabível o recurso extraordinário, mas não o especial, contra decisões de órgãos de primeiro grau não impugnáveis por outra via, como a decisão da turma sobre recurso contra sentença do juizado especial cível.
- E** Na hipótese de competência originária dos tribunais, o recurso ordinário constitucional não tem fundamentação vinculada, diversamente do que ocorre com o Recurso Extraordinário e com o Recurso Especial.

QUESTÃO 68

Ainda em relação a recursos, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** São cabíveis embargos infringentes em ação cautelar de competência originária do tribunal, julgada por maioria de votos, acessória de ação rescisória.
- B** O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
- C** É incabível recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça que, em procedimento administrativo-disciplinar, decide sobre pena de demissão imposta a funcionário, por tratar-se de decisão de natureza administrativa.
- D** Não cabe, contra os Juízes do Supremo Tribunal Federal, a utilização do meio processual da reclamação, pois tal instrumento acha-se constitucionalmente vocacionado a preservar, sempre contra terceiros, a integridade da competência e a autoridade dos pronunciamentos emanados daquela Corte.
- E** Embora o art. 535 do CPC estabeleça o cabimento de embargos de declaração contra sentença ou acórdão, o STJ firmou orientação no sentido de admitir o cabimento dos embargos de declaração para aclarar ou integrar qualquer decisão judicial.

QUESTÃO 69

Ainda sobre o tema de recursos, assinale a alternativa **incorreta**.

- A** O despacho que ordena a citação do réu é, de regra, irrecorrível. Da decisão que recebe a inicial nas ações de improbidade, entretanto, caberá agravo de instrumento.
- B** É cabível agravo e, portanto, não acarreta a suspensão do processo, contra o ato do juiz que exclui litisconsorte do feito, que indefere inicial da reconvenção, da oposição ou da ação declaratória incidental.
- C** Na hipótese de apelação interposta contra sentença terminativa – que põs fim ao processo sem julgamento de mérito – o Tribunal, em qualquer hipótese, e desde

que o réu já tenha sido citado, provendo o recurso, ao invés de restituir os autos ao órgão inferior para prosseguir no feito, deve passar *incontinenti* ao exame do mérito, tendo em vista recente modificação legislativa que alterou o Código de Processo Civil e, ainda, os princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas.

- D** O agravo de instrumento, contra decisão denegatória do recurso extraordinário ou especial, deve ser interposto perante o próprio órgão judiciário de que emanou o juízo negativo de admissibilidade, não podendo a parte agravante deduzir, diretamente junto ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, a impugnação recursal.
- E** Comprovado que o recorrente não comunicou ao juiz da interposição do agravo de instrumento, este não será conhecido.

QUESTÃO 70

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A** Se o juiz julgar procedente o pedido do autor e, na apelação, a sentença for reformada, por maioria de votos, caberão embargos infringentes contra o acórdão, mas se o juiz julgar improcedente o pedido autor e, na apelação, a sentença for confirmada, por maioria de votos, não caberão embargos infringentes.
- B** São cabíveis embargos infringentes contra acórdão que julga procedente a rescisória, mas não são cabíveis embargos infringentes contra o que julga improcedente a rescisória ou extingue o processo sem o julgamento do mérito.
- C** É incabível recurso extraordinário contra acórdão que defere liminar com base no *periculum in mora* e no *fumus boni iuris*, uma vez que não há manifestação conclusiva sobre os dispositivos constitucionais em questão, não configurando, assim, a definitividade da decisão conforme exigido pela Constituição Federal.
- D** Cabe recurso extraordinário, sob alegação de violação ao princípio da legalidade, contra acórdão que, interpretando erradamente a lei, impôs à parte obrigação que a lei não lhe impunha, já que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- E** Nas hipóteses em que, no mandado de segurança, a liminar é concedida pelo desembargador-relator em processo de competência originária do tribunal, cabe ao Presidente do STF ou do STJ, conforme a matéria seja constitucional ou infraconstitucional, apreciar o pedido suspensão da execução da liminar ou da sentença, e não ao Presidente do Tribunal ao qual pertence o relator.

QUESTÃO 71

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A** Ainda que o credor possua título extrajudicial líquido, certo e exigível, é-lhe reconhecido o interesse em promover cautelar para assegurar a execução.
- B** O Supremo Tribunal Federal – por ausência de previsão constitucional – não dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra qualquer órgão ou autoridade da República, mesmo que o ato cuja invalidação se pleiteie tenha emanado do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou, ainda, de qualquer dos Tribunais Superiores da União.
- C** Embargos declaratórios opostos com o intuito de atender ao requisito do prequestionamento não são protelatórios,

conforme jurisprudência sumulada do STJ.

- D Se o agravado, em qualquer das hipóteses, não se conformar com o juízo de retratação exercido pelo magistrado prolator da decisão agravada, poderá interpor reclamação ao Tribunal, com efeito suspensivo.
- E O reexame obrigatório é aplicável às sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, autarquias, fundações públicas, mas não se estende às entidades da administração indireta, tais como as sociedades de economia mista e empresas públicas.

QUESTÃO 72

O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra a União para obter tutela inibitória no sentido de obstar a comercialização de remédios que contenham determinada substância que causa danos à saúde. Considerando a hipótese, assinale a alternativa **correta**.

- A A competência para processar e julgar a causa será do juiz de direito se a ação for proposta em comarca que não seja sede de Justiça Federal, com recurso para o Tribunal Regional Federal.
- B Caso seja concedida a liminar na ação civil pública, pode a União pleitear, perante o Presidente do Tribunal ao qual se vincula o juiz, a suspensão da medida, alegando grave lesão à ordem, saúde, segurança ou economia pública.
- C O interesse defendido pelo Ministério Público, na hipótese, caracteriza-se como individual homogêneo, porque atinge todos os indivíduos que utilizam aqueles remédios questionados na ação.
- D Recebida a inicial, o juiz deverá determinar que o Ministério Público promova, no prazo legal, a citação dos demais legitimados para a propositura da ação para que integrem o pólo ativo da demanda pois, fazendo a sentença coisa julgada *erga omnes*, a hipótese é de litisconsórcio ativo necessário.
- E Eventuais consumidores prejudicados com a ingestão dos remédios que contenham aquela substância danosa à saúde estarão impedidos de exigir individualmente a reparação do dano sofrido, pois ocorre litispendência entre a ação civil pública e as ações individuais, uma vez que a ação civil pública tem efeito *erga omnes*.

QUESTÃO 73

Em determinado Município brasileiro, o Chefe do Poder Executivo Municipal edita decreto em que impõe aumento do IPTU, com índices percentuais muito superiores aos valores cobrados no ano anterior. A Mesa da Câmara de Vereadores, não se conformando, propôs, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), visando que fosse declarada a inconstitucionalidade daquele ato normativo, por ferir o princípio da legalidade. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- I A ação foi corretamente proposta perante o STF e será por este conhecida, pois é vedado aumentar tributo por decreto.
- II A ação foi incorretamente proposta, pois o Tribunal de Justiça do Estado seria o competente para conhecer ADIN que afronte a Constituição Federal.
- III A ação deveria ter sido proposta perante o Superior Tribunal de Justiça, pois envolve ato normativo

municipal.

- IV A Mesa da Câmara de Vereadores não tem legitimidade para propor ADIN perante a Constituição Federal.

O número de itens **corretos** é:

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 74

A respeito da origem do Estado e ao seu conseqüente desenvolvimento histórico, assinale a alternativa **incorreta**.

- A A denominação Estado como sociedade política, que indica situação permanente de convivência, aparece pela primeira vez em *O Príncipe* de Maquiavel, escrito em 1513.
- B A teoria da origem contratual do Estado na visão de Hobbes e Locke possui a mesma fundamentação com relação à visão do Estado Natural e à razão da progressão histórica para o Estado Moderno.
- C A teoria marxista da origem do Estado destaca o darwinismo político da origem violenta do Estado, em que a classe mais forte impõe-se sobre a mais fraca.
- D Há clara distinção da visão de Montesquieu, da de Rousseau, com relação ao papel dos representantes no exercício da soberania do Estado.
- E É possível identificar uma convergência dos preceitos fundamentais do Estado Liberal com a visão econômica de Adam Smith na obra *A Riqueza das Nações*.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa **incorreta**, dentre as assertivas abaixo, relacionadas à hermenêutica constitucional.

- A Para Konrad Hesse, a interpretação tem significado decisivo para a consolidação e preservação da força normativa da Constituição.
- B Levando-se em conta que as normas constitucionais contêm enunciados abertos, indeterminados e polissêmicos (conforme destaca Canotilho), Peter Häberle enfatiza que não é possível estabelecer *numerus clausus* os intérpretes da Constituição.
- C O princípio da unidade da constituição significa que as normas constitucionais são partes de um sistema harmônico.
- D O princípio da interpretação conforme a Constituição permite a utilização de normas infraconstitucionais como base para a resolução de problemas interpretativos das normas constitucionais.
- E Mauro Capelletti esclarece que, quando os juizes são convocados a interpretar, integram, transformam e, outrossim, criam normas.

QUESTÃO 76

Assinale a alternativa **incorreta**, dentre as assertivas abaixo, relacionadas ao Federalismo Brasileiro.

- A Constitui característica fundamental do federalismo a busca de equilíbrio entre as forças integrativas (centrípetas) e desintegrativas (centrífugas).
- B A competência legislativa concorrente, prevista no art. 24 da CF, ressalta a necessária interdependência da atuação dos entes políticos nos diversos âmbitos de realização das atividades públicas.
- C Na acepção do princípio da subsidiariedade, no âmbito da competência comum, é incorreto atribuir ao governo federal o

que pode ser resolvido pelo governo estadual.

- D** Na Federação Brasileira, o Congresso Nacional, dependendo da matéria legislada, atua como legislativo nacional (ordem total kelseniana) ou como legislativo federal (ordem parcial central kelseniana).
- E** No que se refere à legislação sobre transporte intermunicipal, o Estado-membro pode impor limitações ao tráfego de pessoas, mediante tributos intermunicipais.

QUESTÃO 77

Julgue os itens abaixo, relativos à recepção e à adaptação formal do direito anterior e do direito superveniente à Constituição.

- I** A recepção é processo legislativo abreviado, necessário à manutenção da estabilidade da ordem jurídica recém-instituída.
- II** Se fosse editada uma nova Constituição no Brasil em 2003, haveria, necessariamente, a revogação integral da Constituição de 1988 e de todo o direito infraconstitucional a ela vinculado.
- III** O Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25/10/1966) constitui exemplo de norma recepcionada pela Constituição de 1988 como lei complementar.
- IV** Com o advento de uma nova Constituição, uma lei ordinária pode ser considerada, pelo fenômeno da reprecinação constitucional, lei complementar.

O número de itens **corretos** é:

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 78

Assinale a alternativa **correta**, dentre as assertivas abaixo, referentes ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e às demais funções essenciais à justiça.

- A** O chefe do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios é nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre integrantes da carreira.
- B** A Constituição Federal só prevê autonomia funcional e financeira para o Ministério Público, sendo que a autonomia administrativa está prevista em norma infraconstitucional.
- C** Um Promotor de Justiça do Distrito Federal maior de trinta e cinco anos pode, no âmbito de incidência da norma constitucional, ser nomeado Procurador-Geral da República.
- D** A partir da promulgação da Constituição de 1988, vedou-se aos membros do Ministério Público da União o exercício da advocacia, tendo esta vedação abrangido tanto os membros que ingressaram antes como depois à entrada em vigor da Constituição.
- E** O Ministério Público Militar não pertence ao Ministério Público da União.

QUESTÃO 79

Assinale a alternativa, dentre as assertivas abaixo, que **não se compatibiliza** com a teoria dos direitos fundamentais e de suas garantias previstas na Constituição de 1988.

- A** A casa é asilo inviolável do indivíduo, na qual não é permitido ingressar, à noite, sem autorização do morador, ainda que em seu interior haja conhecimento

da prática de crime.

- B** A cláusula do devido processo legal substantivo, enquanto garantia do Estado Democrático de Direito, pode abrigar um juízo de proporcionalidade entre a medida da restrição a um direito fundamental e o fim a ser alcançado pela norma.
- C** Entidade de classe pode propor mandado de segurança coletivo, desde que esteja funcionando há pelo menos um ano e desde que vise à defesa dos interesses de seus membros.
- D** Segundo a jurisprudência do STJ, a interposição do *habeas data* pressupõe a interposição prévia de pedido administrativo para acesso, obtenção ou retificação dos registros, cuja negativa, ou demora na resposta, caracterizará o interesse de agir.
- E** O *habeas data* permite, dentre outras funções, o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

QUESTÃO 80

No que se refere ao direito ambiental constitucional e à organização política do Brasil, assinale a alternativa **correta**.

- A** O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não constitui princípio estruturante da ordem jurídica e econômica brasileira.
- B** A noção de poder público, expressa no art. 225 da Constituição da República, refere-se somente à União, não abrangendo os Estados-membros nem os Municípios nem o Distrito Federal.
- C** As competências comuns previstas no art. 23 da Constituição da República expressam tão-somente atividades legislativas dos Estados-membros e dos Municípios.
- D** Uma Constituição Estadual não pode dispensar a realização de Estudos de Impacto Ambiental para atividades degradadoras do meio ambiente.
- E** A matéria ambiental é de competência legislativa exclusiva da União.

QUESTÃO 81

Em relação aos princípios da tributação, às limitações constitucionais ao poder de tributar, à repartição de competência tributária, julgue os itens abaixo de acordo com a jurisprudência do STF.

- I** O princípio constitucional da anualidade não se aplica à revogação de isenção do ICMS.
- II** É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.
- III** A imunidade ou a isenção tributária do comprador não se estende ao produtor, contribuinte do imposto sobre produtos industrializados.
- IV** Calcula-se o imposto de transmissão *causa mortis* com base no saldo devedor da promessa de compra e venda de imóvel no momento da abertura da sucessão do promitente vendedor.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e III B II e III. C III e IV.
D I e II. E I e IV.

QUESTÃO 82

O sistema de governo adotado pelo Brasil faz do Poder Executivo um poder complexo, com inúmeras faculdades, prerrogativas e atribuições variadas. Julgue os itens abaixo, acerca da configuração do presidencialismo no Brasil e das características básicas do sistema parlamentar inglês.

- I É vedado ao Presidente da República editar medida provisória que autorize os Estados-membros a legislar acerca de registros públicos.
- II Por ter legitimidade ativa para a ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) perante o STF, o Presidente da República pode nela questionar lei federal, de sua iniciativa, aprovada sem emenda.
- III O poder de veto do Presidente a projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo é amplo e ilimitado, podendo abranger apenas uma expressão ou uma palavra.
- IV Ao contrário do Presidencialismo, no Parlamentarismo há distinção entre quem é chefe de Estado e quem é chefe de Governo.

Estão **corretos** apenas os itens

- A I e III. B II e III. C I e IV.
D I e II. E III e IV.

QUESTÃO 83

Em matéria de controle de constitucionalidade baseado na jurisprudência do STF e na Constituição de 1988, julgue os itens abaixo.

- I Em ação direta de inconstitucionalidade, o interesse de agir torna-se inexistente quando a norma impugnada não mais estiver em vigor.
- II O controle jurisdicional difuso pressupõe, necessariamente, uma lide subjetiva, cujo pedido principal não se identifica com o da declaração de inconstitucionalidade.
- III No âmbito da ação declaratória de constitucionalidade, não estão abrangidas, no controle, as normas das leis orgânicas municipais.
- IV As leis do Distrito Federal podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, quando versarem sobre matéria de competência atribuída aos Estados-membros ou aos municípios.

O número de itens **corretos** é:

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 84

Em matéria de direitos fundamentais e da Federação Brasileira, julgue os itens abaixo, segundo a Constituição Federal e a jurisprudência do STF.

- I As interceptações telefônicas, decorrentes de quebra de sigilo por ordem judicial, estão autorizadas tanto para o exercício do *jus puniendi* como para a instrução no processo civil.
- II Na Federação Brasileira, assim como na Americana, prevalecem a competência geral federativa residual da União e a competência taxativa dos Estados-membros.
- III A necessidade de domicílio eleitoral na circunscrição não mais integra o rol das condições de elegibilidade constantes da Constituição.

IV O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.

O número de itens **corretos** é:

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 85

A respeito das Constituições Brasileiras, assinale a alternativa **correta**.

- A** A Constituição Brasileira em vigor pode ser classificada como constituição flexível.
- B** Só as Constituições Brasileiras republicanas ajustam-se ao conceito de constituições escritas.
- C** Todas as normas incluídas na Constituição de 1988 são normas formal e materialmente constitucionais.
- D** A história constitucional brasileira registra exemplo de constituição costumeira.
- E** Na história constitucional brasileira existiram constituições outorgadas.

QUESTÃO 86

De acordo com a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal (STF), a lei ordinária anterior ao advento da nova Constituição com ela materialmente incompatível é

- A** recebida.
- B** anulada a partir da promulgação da nova constituição.
- C** viciada por inconstitucionalidade superveniente.
- D** revogada.
- E** nula, desde sempre.

QUESTÃO 87

Em relação aos direitos fundamentais e aos direitos políticos, assinale a alternativa **correta**.

- A** No direito constitucional brasileiro, não há hipótese de perda dos direitos políticos; só de privação temporária desses direitos.
- B** São cargos privativos de brasileiros natos os cargos de presidente e de vice-presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C** A lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra até 1(um) ano da data de sua vigência.
- D** Na ação popular, por sua natureza de defesa do patrimônio público, o autor estará sempre isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- E** Para naturalização de estrangeiros basta unicamente a residência no país há mais de quinze anos ininterruptos.

QUESTÃO 88

Os Estados-membros têm o poder de auto-organização expresso na possibilidade de elaborarem sua própria Constituição Estadual. Tal poder constituinte derivado, entretanto, caracteriza-se por ser um poder limitado por princípios e regras dispostos pelo poder constituinte originário. Constitui decisão passível de ser adotada pelo poder constituinte do Estado-membro

- A** a adoção do sistema de governo parlamentarista.
- B** a adoção da forma de governo monárquica.
- C** a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais com a atribuição

- de legitimação para agir de mais de um órgão.
- D** a outorga ao Governador de Estado de imunidade à prisão preventiva e à prisão em flagrante.
 - E** a imposição de aposentadoria compulsória do desembargador que alcance a idade de sessenta anos.

QUESTÃO 89

A Constituição prevê mecanismos para sua própria alteração. Acerca da possibilidade e dos limites de alteração constitucional, julgue os itens abaixo.

- I Dentre os mecanismos de se propor emenda à Constituição, destaca-se a iniciativa popular.
- II O procedimento de aprovação de emenda à Constituição é idêntico ao de elaboração de leis complementares.
- III Admite-se emenda constitucional que vise transformar o Estado Federal em Estado unitário.
- IV A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

O número de itens **corretos** é:

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 90

Em matéria de sistema tributário nacional e de limitações ao poder de tributar, julgue os itens abaixo, segundo a Constituição Federal e a jurisprudência do STF.

- I Emenda constitucional pode excepcionar o princípio da anterioridade para promover a imediata vigência do aumento das alíquotas de imposto.
- II A União pode instituir isenções de tributos municipais e estaduais por meio de medida provisória.
- III As contribuições da seguridade social são exações fiscais que não possuem natureza tributária.
- IV Lei que estabeleça aumento de alíquota de contribuição previdenciária só poderá ser cobrada, necessariamente, no ano seguinte ao da sua instituição, por aplicação do princípio da anterioridade.

O número de itens **corretos** é:

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 91

Julgue os itens abaixo.

- I Visando alcançar determinados objetivos de regulação de preços de mercado, pode a Administração privilegiar interesse privado em detrimento do coletivo.
- II Visando manter os dispêndios com servidores públicos dentro dos limites constitucionais, pode o Administrador Público extinguir cargos e exonerar servidores estáveis antes de reduzir os gastos com cargos em comissão.
- III Quando na ação penal se reconhece a ausência de autoria do fato pelo funcionário, ele não pode ser responsabilizado pela reparação civil, sob o fundamento da autonomia das esferas administrativa, cível e penal.
- IV As terras públicas inferiores a 50 hectares podem ser objeto de usucapião pro labore, após cinco anos de exploração produtiva e moradia por pessoa ou família.
- V Na forma estabelecida na Lei de regência, a concessão

de serviço público pode contemplar também a exploração de bem público.

- VI Depois de extintos os cargos públicos para a adequação ao nível de dispêndios, outros de igual ou similar finalidade somente poderão ser estabelecidos após quatro anos.
- VII A supremacia do poder público quando se relaciona com particulares permite a alteração unilateral dos contratos firmados entre ambos.

- A** I, II, V e VI estão incorretos.
- B** III, IV, V, VII estão corretos.
- C** II, III, V, VI estão corretos.
- D** I, III, VI, VII estão incorretos.
- E** Salvo os itens III, V e VI, os demais estão incorretos.

QUESTÃO 92

Julgue os itens abaixo.

- I A motivação do ato administrativo pode ser realizada após a respectiva prática.
- II O emprego público somente pode ser estabelecido em relação a atividades que não digam diretamente com as funções típicas de Estado, as quais requerem as garantias dos cargos públicos.
- III Por serem cargos públicos, são destinadas a brasileiros natos as funções de Presidente da República e Vice, bem como as de Presidentes da Câmara e Senado (art. 12, § 3º, CF).
- IV O poder de polícia inclui a regulação da atividade econômica pelo Poder Público.
- V O poder concedente pode alterar unilateralmente o contrato de concessão, desde que promova o ressarcimento necessário para manter o equilíbrio econômico-financeiro.
- VI Quando da transferência do policial militar para a reserva, ele poderá ser promovido por merecimento.
- VII É imprescritível a ação de responsabilidade civil contra servidor público que causa danos ao erário público; (v – art. 37, §5º, CF).

- A** I, III, IV e VI estão incorretos.
- B** II, IV, V e VII estão corretos.
- C** I, II, III, VI e VII estão incorretos.
- D** III, V, VI e VII estão corretos.
- E** II, III, IV e VI estão corretos.

QUESTÃO 93

Julgue os itens abaixo.

- I Há discricionariedade administrativa mesmo se a norma legal contém todos os elementos indispensáveis à conduta do agente público.
- II O vínculo de emprego do servidor com a administração permite que esta altere a forma de cálculo de remuneração, sem redução do valor total, enquanto o vínculo estatutário não permite tal alteração por força da garantia ao direito adquirido.
- III O processo administrativo disciplinar se desenvolve em três fases, quais sejam: instauração, inquérito e julgamento.
- IV Em caso de preterição, a promoção de policial militar não depende da existência de vagas e os efeitos decorrentes para a identificação da posição hierárquica são considerados a partir da efetiva promoção.
- V As autorizações do poder público para o exercício de atividade podem envolver os aspectos econômicos do empreendimento, isto é, condicionar-lhe a extensão e o modo

pelo qual pretende se desenvolver determinada atividade econômica, não estando restrito, apenas, aos aspectos de interesse da coletividade (p.ex., meio ambiente e segurança pública, dentre outros).

- VI Tradicionalmente, na permissão, o poder público não é obrigado a indenizar o permissionário em caso de alteração ou rescisão unilateral do contrato, mas pode ocorrer tal ressarcimento quando haja prazo determinado.
- VII Permissão de uso de bem público é ato discricionário e precário da Administração e, por isso, não está sujeita ao princípio da isonomia no tratamento entre os administrados.

- A** I, III, IV e VII estão incorretos.
B Salvo os itens III e VI, todos estão incorretos.
C II, IV, V e VI estão incorretos.
D III, V, VI e VII estão incorretos.
E I, II, IV e VI estão incorretos.

QUESTÃO 94

Julgue os itens abaixo.

- I A defesa dos interesses secundários do Estado, ou próprios, não dispensa a necessidade de coincidência daqueles com os interesses da coletividade.
- II O planejamento da atividade econômica pelo Estado é determinante para os setores público e privado;
- III A validade dos contratos de concessão de serviços públicos está condicionada à prévia licitação, podendo ser na modalidade tomada de preços.
- IV Os atos de improbidade administrativa praticados contra o ativo de entidade civil que receba custeio público inferior a 50% (cinquenta por cento) da receita anual são puníveis patrimonialmente, apenas na proporção do dano ao erário.
- V Os atos de improbidade administrativa podem ser configurados quando houver enriquecimento ilícito pelo agente público, em razão do exercício de atividade pública, mesmo sem prejuízo ao erário. Pode, ainda, ser configurado mediante ação ou omissão culposa do agente público, desde que cause prejuízo ao erário, mesmo sem enriquecimento ilícito pelo agente causador.
- VI Quando rejeitada fundamentadamente a representação de particular pela autoridade administrativa, solicitando a investigação por ato de improbidade, em face da ausência de informações sobre a autoria e as provas do alegado, não poderá o Ministério Público solicitar a instauração de procedimento administrativo a respeito do mesmo assunto.
- VII Configura desvio de poder a concretização do ato administrativo, mesmo que na esfera discricionária, que deixar objetivar a finalidade fixada em lei.

- A** I, III, IV e VII estão corretos.
B II, IV, V e VI estão corretos.
C II, V, VI e VII estão corretos.
D I, IV, VI e VII estão corretos.
E I, IV, V e VII estão corretos.

QUESTÃO 95

Julgue os itens abaixo.

- I O princípio da legalidade dos atos da Administração é excepcionado quando exercido discricionariamente.
- II A inalienabilidade dos bens públicos alcança, também, os bens das empresas públicas detentoras de monopólio, segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal.
- III A Administração tem a faculdade da autotutela, podendo revogar seus atos unilateralmente ou decretá-los nulos quando viciados.
- IV A discricionariedade inerente a determinado ato administrativo pode ser controlada judicialmente quando contrária ao princípio da proporcionalidade.
- V No âmbito da discricionariedade pode a Administração estabelecer critérios distintivos mesmos aos que se encontram em igual situação fática e jurídica.
- VI Nem todos os serviços públicos são de exclusiva exploração pelo Estado.
- VII A proibição de acumular cargos ou empregos públicos não se aplica quando o segundo vínculo do servidor é com sociedade controlada por subsidiária de empresa de capital misto, majoritário do poder público.

- A** I, II, V e VI estão incorretos.
B II, III, IV e VII estão corretos.
C II, III, IV e VI estão corretos.
D III, V, VI e VII estão incorretos.
E I, V, VI e VII estão incorretos.

QUESTÃO 96

São regulados por lei específica a celebração, o conteúdo, a execução e a extinção dos contratos administrativos. Tendo em vista o que a respeito estatui a legislação, julgue aos itens abaixo.

- I O atraso superior a 60 dias dos pagamentos permite sua rescisão.
- II Apenas a inexecução total do contrato possibilita a sua rescisão.
- III Em nenhuma hipótese a administração pode rescindir unilateralmente os contratos.
- IV A rescisão administrativa, por decorrência das características da consensualidade e comutatividade, deve ser requerida e autorizada judicialmente.

- A** Todos os itens estão corretos.
B Apenas o item IV está correto.
C Apenas os itens I e II estão corretos.
D Todos os itens estão incorretos.
E Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 97

A compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia,

- A** constitui hipótese de licitação dispensada, não comportando legalmente, para a respectiva contratação, a realização de certame licitatório.
- B** não admite contratação direta, porquanto torna-se perfeitamente cabível e possível, por razões de conveniência administrativa, a competição entre interessados.

- C** é hipótese de licitação dispensável, permitindo à administração, conforme conveniência administrativa, realizar ou não certame licitatório.
- D** configura situação de inexigibilidade, tornando inútil e descabida a realização de licitação.
- E** impõe, com condição básica de validade à contratação respectiva, a instauração de prévio certame competitivo, adstrito, todavia, a bens situados na localidade em que se pretenda instalar ou órgão ou a repartição.

QUESTÃO 98

O ente criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, é conceito que legalmente é deferido a

- A** empresa pública.
- B** sociedade de economia mista.
- C** autarquia.
- D** organização social (os).
- E** organização da sociedade civil (oscip).

QUESTÃO 99

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A** A revogação da licitação deve estar embasada em razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato respectivo.
- B** A revogação corresponde ao desfazimento da licitação por motivos de conveniência e oportunidade, observadas as exigências em lei estipuladas.
- C** O desfazimento do processo licitatório, seja qual for a sua causa, exige que se assegure aos licitantes o contraditório e a ampla defesa.
- D** A nulidade do procedimento licitatório não induz necessariamente à do contrato administrativo.
- E** A subsistência do ato de invalidação da licitação, promovida pela própria administração, exige a demonstração da ocorrência de ilegalidade.

QUESTÃO 100

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC –, instituído pela Lei nº 9.985, de 2000, tem, dentre outras e diversas finalidades, contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, bem como proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, proporcionando, ainda, meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental. Em relação a tal sistema, mostra-se **incorreto** afirmar que

- A** o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – é órgão consultivo e deliberativo, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema.
- B** na condição de órgão central, cabe ao Ministério do Meio Ambiente, a finalidade de coordenar o Sistema.
- C** o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – é órgão executor do sistema.
- D** são também executores os órgãos estaduais e

municipais, com a função de implementar o SNUC e subsidiar as propostas de criação e administração das unidades de conservação estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

- E** não podem integrar o SNUC as unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista no bojo da norma de regência e cujas características permitam, em relação a tais categorias, uma clara distinção.